



# Saúde e Cidades são pastas mais afetadas por contenção de R\$ 13,3 bi

## Moody's eleva nota da dívida do governo brasileiro

Página 6

## Conta de energia elétrica fica mais cara com acionamento da bandeira vermelha

Página 3

### Governo cria plano e comitê gestor de programa de combate ao assédio

O Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal ganhou na terça-feira (01) regras mais concretas para ser conduzido. O governo federal publicou duas portarias para instituir um Plano Federal nessa área, além de um Comitê Gestor do programa.

O Plano Federal estabelece diretrizes para que as instituições criem seus planos de combate ao assédio e à discriminação. As medidas sugeridas incluem: escuta ativa, orientação e acompanhamento das pessoas afetadas.

Aos denunciantes, deve ser garantido o sigilo, além de medidas de proteção contra possíveis retaliações.

A temática do combate ao assédio e à discriminação também deverá ser incluída nos conteúdos cobrados nos concursos públicos. E os candidatos aprovados nesses processos devem, no ato da posse, dar ciência do Plano Federal de enfrentamento.

As instituições da Administração Pública Federal têm um prazo de cento e vinte dias para criar, aprovar e publicar os seus planos de combate ao assédio e à discriminação.

De acordo com a ministra da Gestão, Esther Dweck, ressalta que essas normas são resultado das iniciativas contínuas do governo federal de prevenção ao assédio e à discriminação, que tiveram início em 2023 com a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial sobre o tema e com a publicação do Guia Lilás.

O colegiado, coordenado pela pasta da Gestão, promoveu debates e reuniões que deram origem à proposta do Plano Federal. (Agência Brasil)

### Previsão do Tempo

**Quarta:** Sol com algumas nuvens durante o dia. À noite o céu fica com muitas nuvens, mas não chove.

37° C  
21° C



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

### DÓLAR

Comercial  
Compra: 5,45  
Venda: 5,45

Turismo  
Compra: 5,49  
Venda: 5,67

### EURO

Compra: 5,31  
Venda: 5,32

## Mulheres entregam recomendações para cúpula do G20



Foto: Tomaz SIVARABI

Página 6

### Sesc Belenzinho sedia 4º Fórum Nacional Sesc de Juventudes

Página 2

### CNC pede reforma administrativa para barrar avanço da dívida pública

O crescimento descontrolado da dívida pública provocará, nos próximos 50 anos, impactos profundos no Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país). E esse movimento pode atingir a saúde financeira das empresas brasileiras. O alerta está em um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgado na terça-feira (1º).

A CNC avalia que sem medidas estruturais, como a reforma administrativa, em 50 anos o prejuízo acumulado poderá ser superior a R\$ 1,375 trilhões, o que resultará em risco à sustentabilidade dos negócios.

Os cálculos do estudo indicam que para cada ponto percentual (1 p.p.) de aumento na dívida pública em relação ao PIB, o Brasil perde cerca de R\$ 1,3 bilhão ao ano. Página 3

## Esporte

# Campeões no topo e sete vencedores diferentes: a história da Stock Car em Buenos Aires

A Stock Car Pro Series está de volta a terras argentinas e realizará no próximo final de semana (5 e 6/10) a nona etapa da temporada 2024, em Buenos Aires. Na terra do tango, a principal categoria do automobilismo brasileiro tem uma história crescente. Entre a sua primeira ida à capital do país vizinho, em 2005, e a última passagem pela fronteira, no ano passado, foram realizadas sete corridas marcadas por fatos curiosos. Em toda sua história, a Stock Car viu somente campeões terminarem no topo do pódio na Argentina.

Giuliano Losacco (2005), Ingo Hoffmann (2006), Cacá Bueno (2007), Felipe Fraga e Rubens Barrichello (2017) e Gabriel Casagrande (2023) foram os vencedores da Stock Car no país vizinho, enquanto Matias Rossi, que venceu no ano passado correndo "em casa", ostenta no seu currículo o pentacampeonato do TC2000, importante categoria argentina que vai acelerar na tarde de domingo com a disputa dos 200 Km de Buenos Aires.

A primeira prova da história da Stock Car em Buenos Aires aconteceu em 30 de outubro de 2005. Com 41 carros no grid, a corrida foi vencida por Giuliano Losacco, a bordo de um Chevrolet Astra, em resultado que foi fundamental para terminar aquela temporada como bicampeão da categoria, com somente um ponto de vantagem para Cacá Bueno, que conheceria o sabor da vitória na capital argentina dois anos depois.

Antes, em 2006, Ingo Hoffmann superou a chuva forte com seu Mitsubishi Lancer #17 e deu um show após ter larga-

do do oitavo lugar para vencer pela 76ª e penúltima vez na Stock Car. A prova foi marcada pelo acidente impressionante sofrido pelo carioca Gualter Salles nas voltas finais.

Piloto de enorme sucesso e um dos brasileiros mais bem-sucedidos no automobilismo argentino, Cacá Bueno morou no país vizinho por três anos e por lá competiu entre o fim dos anos 1990 e o início da década de 2000. De volta ao Brasil e consagrado como campeão da Stock Car, o carioca brilhou em Buenos Aires com Mitsubishi Lancer, venceu e encaminhou o segundo título dois meses depois.

A Stock Car Pro voltou a correr na Argentina após hiato de uma década. Campeão vigente em 2017, Felipe Fraga acelerou o Chevrolet Cruze para conquistar a vitória no exterior. "Foi uma das melhores atuações na carreira", disse o piloto à época. Naquele mesmo fim de semana, Rubens Barrichello aplicou a estratégia de priorizar a Corrida 2 com o regulamento que vigorou até o ano passado, largou em 19º e terminou a rodada no topo do pódio.

Depois de um novo hiato, que durou seis anos, a Pro Series cruzou a fronteira com a Argentina novamente para correr em Buenos Aires. Diante de mais de 50 mil pessoas, a categoria proporcionou uma grande festa do automobilismo sul-americano com vitórias de Gabriel Casagrande (Chevrolet Cruze), em feito que pavimentou o caminho rumo ao seu bicampeonato, enquanto o ídolo local Matias Rossi levou o Toyota Corolla #117 ao primeiro lugar na Corrida 2 da etapa.

Ineditismo — Jamais a Stock Car repetiu poles e vencedores correndo em Buenos Aires. Além



Foto: Fabian Calo

Buenos Aires na Stock Car: terra fértil para vitórias de campeões

dos sete pilotos diferentes que saíram com o triunfo em Gálvez, a categoria brasileira conheceu cinco competidores distintos que alcançaram o ápice da performance com a volta mais rápida da sessão classificatória.

Ex-Fórmula 1, Christian Fittipaldi foi o primeiro pole da Stock Car na Argentina, em 2005, com Mitsubishi Lancer. O modelo da marca dos três diamantes também levou Felipe Maluhy à posição de honra do grid no ano seguinte. Já em 2007, foi a vez de Ricardo Sperafico marcar a pole position com Peugeot 307.

Na trilha para seu primeiro título de campeão da Stock Car, Daniel Serra conquistou a ponta do grid em 2017 guiando o Chevrolet Cruze. E no ano passado, também com Cruze, Felipe Fraga registrou a volta mais rápida da classificação.

Cenário de glórias — Buenos Aires, diga-se, foi o palco de feitos históricos de pilotos brasileiros ao longo dos tempos. Antes mesmo do nascimento da Stock Car, em 1979, dois nomes vitoriosos brilharam na terra de Diego Maradona: Chico Landi terminou

a prova inaugural do Autódromo Oscar e Juan Gálvez em terceiro lugar, em março de 1952, a bordo de um Ferrari 125C. Landi chegou atrás somente de duas lendas argentinas: Juan Manuel Fangio e José Froilán González. Quatro anos depois, Buenos Aires foi palco do melhor resultado de Landi na Fórmula 1. Correndo em dupla com o italiano Gerino Gerini, Chico fechou a etapa na quarta colocação.

Emerson Fittipaldi venceu duas vezes correndo em Buenos Aires. Em 28 de janeiro de 1973, então campeão vigente da Fórmula 1, o brasileiro venceu com a Lotus-Cosworth 72D após grande batalha contra François Cévert e Jackie Stewart. Em 1975, já como bicampeão do mundo, Emerson partiu da quinta colocação, superou concorrentes como Niki Lauda, Carlos Reutemann, James Hunt e José Carlos Pace para triunfar novamente em solo argentino.

Em 1981, Nelson Piquet venceu com a Brabham empurrada por motor Ford Cosworth na esteira de um fim de semana perfeito com pole e primeiro lugar após ter liderado todas as voltas.

Aquela conquista foi fundamental para seu primeiro título mundial na Fórmula 1, já que a diferença para o vice-campeão, Reutemann, foi de apenas um ponto (50 x 49).

No fim de semana dos 200 Km de Buenos Aires, dois brasileiros já tiveram a oportunidade de vencer a prova, uma das mais famosas do automobilismo argentino. Luciano Burti faturou a corrida em 2005 em dupla com o argentino Diego Aventin, a bordo de um Ford Focus I. Quatro anos depois, Ricardo Maurício formou parceria com o ex-Fórmula 1 Norberto Fontana para vencer com um Toyota Corolla X. Rubens Barrichello, em 2020, e o próprio Ricardinho, em 2023, venceram a corrida classificatória do TC2000 em Buenos Aires.

A Stock Car Pro Series é transmitida ao vivo pelo canal oficial da categoria no YouTube, Band (TV aberta), SporTV e BandSports (canais por assinatura), Motorsport.tv — atingindo mais de 170 países em cinco idiomas diferentes a cada etapa —, Motorsport.tv Brasil no YouTube, MAVTV Brasil Motorsports do Norte, MAVTV América do Norte e também pelo canal argentino TyC Sports.

### Stock Car em Buenos Aires

Corridas realizadas: 7. Primeira corrida: 30 de outubro de 2005. Primeiro pole: Christian Fittipaldi (Mitsubishi Lancer). Primeiro vencedor: Giuliano Losacco (Chevrolet Astra). Última corrida: 8 de outubro de 2023. Último pole: Felipe Fraga (Chevrolet Cruze). Últimos vencedores: Gabriel Casagrande (Chevrolet Cruze) e Matias Rossi (Toyota Corolla).

# Sesc Belenzinho sedia 4º Fórum Nacional Sesc de Juventudes

## Governador realiza visita técnica às obras do pátio da Linha 6-Laranja

O governador Tarcísio de Freitas visitou na segunda-feira (30) as obras do Pátio Morro Grande, da Linha 6-Laranja do metrô. Na ocasião, ele acompanhou o andamento dos trabalhos nos túneis que vão levar as composições ao pátio e na futura área de manutenção dos trens que atenderão a linha. As obras do local já estão 67,5% concluídas e serão entregues em 2026.

“Temos 9 mil pessoas mobilizadas nessa obra, a maior em execução na América Latina. Quando pronta, vai atender mais de 600 mil pessoas. Hoje a viagem entre a Brasilândia e o centro de São Paulo é de 1 hora e meia, e a gente vai conseguir fazer esse percurso em 23 minutos. É um projeto de grande repercussão em termos de mobilidade e sustentabilidade”, afirmou o governador.

O Sesc Belenzinho sedia, a partir da terça-feira (1º), o 4º Fórum Nacional Sesc de Juventudes do LABmais, que adotará, este ano, o tema Sustentabilidade Criativa: arte e cultura como força identitária e resiliência das juventudes. O evento, que termina na quinta-feira (3), oferecerá ao público atividades como batalha de rima, desenvolvimento de storyboards para o audiovisual, escrita criativa e dança.

Quem definiu os contornos do encontro foram os integrantes do projeto Laboratório Sesc de Artes, Mídias, Tecnologias e Juventudes, o LABmais, uma plataforma educativo-cultural idealizada para dialogar com o público jovem. A iniciativa está presente em 18 estados e já capacitou gratuitamente mais de 1,6 mil jovens para a produção de podcasts, filmes, clipes, ensaios fotográficos, book trailers, entre

outros formatos.

Um dos destaques da programação é o painel Protagonismo das comunidades originárias e tradicionais: desconstruindo narrativas coloniais, que conta com as indígenas Nandyala Waritirre e Milena Makuxi, respectivamente dos povos karajá/iny e makuxi. A atividade está marcada para a tarde da próxima quinta-feira.

A programação completa

pode ser conferida no site do Sesc Belenzinho.

4º Fórum Nacional Sesc de Juventudes do LABmais | Sustentabilidade Criativa: Arte e Cultura como Força Identitária e Resiliência das Juventudes

Local: Sesc Belenzinho | Rua Padre Adelino, 1000 – Quarta Parada – Metrô Belém (Linha Vermelha), São Paulo (SP)

Quando: de 1º a 3 de outubro (Agência Brasil)

## Mulheres fazem ato no Masp no Dia de Luta pela Legalização do Aborto

Centenas de mulheres realizaram uma manifestação em defesa da legalização do aborto em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp), na região central da capital paulista.

O ato ocorreu na tarde do último sábado (28), quando se comemora o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto.

Apesar de o aborto ser criminalizado no Brasil, há situações em que a mulher pode legalmente interromper a gravidez, como nos casos de estupro, nas situações em que há risco à vida da gestante ou do feto, e nos casos de feto anencefalo.

Segundo a codeputada da Bancada Feminista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo Paula Nunes, a manifestação ocorre para reivindicar o que já é realidade em muitos países no restante do mundo, que é a legalização do aborto em todos os casos. “A ideia é transformar o aborto em uma política de saúde pública”.

“No entanto, a grande questão é que mesmo nos casos previstos em lei, infelizmente, o aborto legal ainda está muito difícil aqui no Brasil. A gente tem poucos hospitais que realizam esse serviço, vários outros estão se negando a fazer”, ressaltou Paula.

Atualmente, não há no Código Penal brasileiro um tempo máximo de gestação para o aborto legal. A interrupção da gravidez não prevista em lei é punida com penas que variam de um a três anos, quando provocado pela gestante ou com seu consentimento; e de três a dez anos, para quem provocar um aborto sem o consentimento da gestante.

“A gente sabe que existe uma realidade no Brasil que é a de que quem tem dinheiro tem acesso a clínicas que realizam o procedimento. Por outro lado, quem não tem, não tem acesso ao aborto seguro e vai procurar ou clínicas clandestinas ou medicamentos vencidos, ou outros instrumentos que colocam em risco a vida dessas mulheres”, acrescentou a codeputada.

No ano passado, o Brasil registrou 74.930 estupros, o maior número da história. Desses, 56.820 foram estupros contra vulneráveis. Houve 2.687 casos de aborto legal; desse número, 140 foram em meninas de até 14 anos de idade – o número mais que duplicou em relação a 2018, quando foram registrados 60 procedimentos. Na faixa etária de 15 a 19 anos, foram 291 abortos.

Em agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para rejeitar o recurso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que buscava anular o voto da ministra aposentada Rosa Weber favorável à descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. O mérito da questão, no entanto, ainda não foi julgado pela Corte.

No Congresso Nacional, o Projeto de Lei 1904 equipara a interrupção da gravidez após esse período ao crime de homicídio, aumentando de dez para 20 anos a pena máxima para quem fizer o procedimento. O projeto não foi colocado em votação em

decorrência da pressão popular.

“Achamos que é importante sim que a gente consiga fazer esse debate a nível das instituições, a nível dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Entretanto, os nossos direitos, a gente tem certeza que se conquista nas ruas. É justamente por isso que a gente está aqui. Queremos pressionar para que esse Congresso vote o que é necessário para manter a vida das mulheres e das pessoas que gestam”, afirmou Rana Agarriberri, da Frente Estadual pela Legalização do Aborto de São Paulo.

### Filme

Em Brasília, foi exibido na terça-feira, o filme Levante (2024), no Armazém do Campo. O longa acompanhou Sofia (Ayomi Domesica), uma jovem atleta de 17 anos que, às vésperas de um campeonato de vôlei decisivo para sua carreira como esportista, descobriu estar grávida. O filme é um dos possíveis candidatos a participar como concorrente da premiação do Oscar. (Agência Brasil)

**CESAR NETO**  
www.jornalistacesarneto.com



### CÂMARA (São Paulo)

Em tempos de guerras [espirituais], vereadores e vereadoras - que acreditam no Cristo - têm a oportunidade de demonstrar [pra toda a raça humana] que a política pelo mundo pode ser realizada sob as Ações do Espírito Santo de DEUS ...

### PREFEITURA (São Paulo)

Em tempos de guerras [espirituais], o prefeito de São Paulo - que acredita no Cristo - tem a oportunidade de demonstrar [pra toda a raça humana] que a política pelo mundo pode ser realizada sob as Ações do Espírito Santo de DEUS ...

### ASSEMBLEIA (São Paulo)

Em tempos de guerras [espirituais], deputados e deputadas - que acreditam no Cristo - têm a oportunidade de demonstrar [pra toda a raça humana] que a política pelo mundo pode ser realizada sob as Ações do Espírito Santo de DEUS ...

### GOVERNO (São Paulo)

Em tempos de guerras [espirituais], o governador do Estado (SP) - que acredita no Cristo - tem a oportunidade de demonstrar [pra toda a raça humana] que a política pelo mundo pode ser realizada sob as Ações do Espírito Santo de DEUS ...

### CONGRESSO (Brasil)

Em tempos de guerras [espirituais], deputados(as) e senadores(as) - que acreditam no Cristo - têm a oportunidade de demonstrar [pra toda a raça humana] que a política pelo mundo pode ser realizada sob as Ações do Espírito Santo de DEUS ...

### PRESIDÊNCIA (Brasil)

Em tempos de guerras [espirituais], o presidente e o vice da República - que acreditam no Cristo - têm a oportunidade de demonstrar [pra toda a raça humana] que a política pelo mundo pode ser realizada sob as Ações do Espírito Santo de DEUS ...

### PARTIDOS (Brasil)

Em tempos de guerras [espirituais], os dirigentes - que acreditam no Cristo - dos partidos políticos têm a oportunidade de demonstrar [pra toda a raça humana] que a política pelo mundo pode ser realizada sob as Ações do Espírito Santo de DEUS ...

### JUSTIÇAS (Brasil)

Em tempos de guerras [espirituais], os profissionais do Direito - que acreditam no Cristo - têm a oportunidade de demonstrar [pra toda a raça humana] que a política pelo mundo pode ser realizada sob as Ações do Espírito Santo de DEUS ...

### ANO 32

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, esta coluna de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) - por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

**A PALAVRA** - “Não há santo como é o SENHOR; porque não há outro fora de ti; e rocha nenhuma há como o nosso Deus” 1 Samuel 2:2

**Jornal O DIA S. Paulo**

Administração e Redação  
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263 3º andar  
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

**Jornalista Responsável**  
Angelo Augusto D.A. Oliveira  
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

**E-mail: contato@jornalodiasp.com.br**  
**Site: www.jornalodiasp.com.br**

## SP teve setembro com chuvas abaixo e temperaturas acima da previsão

No mês de setembro, a cidade de São Paulo teve chuvas abaixo do previsto, enquanto as temperaturas ficaram acima do esperado. Segundo o Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE) de São Paulo, setembro terminou com chuvas 76,9% abaixo da expectativa na capital paulista, com uma média de 15,8 milímetros (mm) de chuva, enquanto o esperado para todo o mês seria em torno de 68,5 mm.

Já em relação à temperatura, o esperado para o mês era de mínima em torno de 15,2 graus Celsius (°C) e máxima de 25,9°C, mas o constatado em setembro deste ano foi de mínima em torno de 16,4°C e máxima de 29°C.

Desde esta segunda-feira (30), a Defesa Civil Municipal mantém toda a capital paulista em estado de atenção para altas temperaturas. Segundo o CGE, estas condições meteorológicas dificultam



Foto/ Paulo Pinto/ABR

a dispersão de poluentes e favorecem a formação e propagação de queimadas, o que prejudica a qualidade do ar.

A recomendação é para que a população paulistana mantenha-se bem hidratada, proteja-se do sol, mantenha os ambientes internos úmidos por meio de vaporizadores, recipientes com água

ou toalhas molhadas e evite a prática de exercícios físicos ao ar livre entre 11h e 17h.

## Outubro Rosa: Grande São Paulo e mais cinco regiões recebem Carretas da Mamografia

Em mais uma ação do Outubro Rosa, duas regiões da Grande São Paulo, Brás e Itaquaquecetuba, além dos municípios de Araçoiaba da Serra, Jacaré, Registro, Caraguatuba e Ilha Comprida, receberam a Carreta da Mamografia, do Programa Mulheres de Peito. A iniciativa do Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), oferece mamografia gratuita para as pacientes com idade entre 50 e 69 anos apenas com a apresentação do RG e cartão do SUS. Já para as mulheres en-

tre 35 e 49 anos e acima de 70 anos, é necessário apresentar o pedido médico, além da apresentação do RG e cartão do SUS (Sistema Único de Saúde).

Para outubro são esperados 112,7 mm de chuva na cidade, com temperatura média mínima de 16,6°C e máxima de 26,3°C. Segundo o CGE, entre o fim da tarde e o decorrer da noite de desta quarta-feira (2) deve se aproximar uma frente fria de São Paulo, que deve aumentar a nebulosidade e causar algumas rajadas de vento. No entanto, não há previsão de chuva para a Grande São Paulo. Na quinta-feira (3), a propagação da frente fria pelo litoral paulista pode causar muita nebulosidade e chuvas isoladas. Estas condições devem amenizar o calor e o tempo seco dos últimos dias. (Agência Brasil)

As carretas atendem mulheres, sem necessidade de agendamento. O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com disponibilização de até 50 senhas. Aos sábados, o horário é das 8h às 12h, exceto feriados, com atendimento de até 25 mulheres. A distribuição de senhas é feita por demanda espontânea e por ordem de chegada.

## SP lidera ranking nacional do TCU entre Estados na aplicação da Nova Lei de Licitações

O Estado de São Paulo lidera, ao lado de Goiás, o ranking de governos estaduais com maior maturidade na aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC) 14.133/21, segundo o Acórdão nº 1.917/24, do Tribunal de Contas da União (TCU). O resultado ilustra como o Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), tem introduzido mais modernização e transparência em

sua administração pública. “A avaliação do TCU reforça as bases de governança que implementamos com as diretrizes do programa SP na Direção Certa. Temos compromisso permanente com a digitalização de processos e a melhoria na qualidade do gasto público porque isso faz a diferença na ponta da linha, nos serviços que a população recebe e no aumento da capacidade paulista de investimentos”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

# CNC pede reforma administrativa para barrar avanço da dívida pública

O crescimento descontrolado da dívida pública provocará, nos próximos 50 anos, impactos profundos no Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país). E esse movimento pode atingir a saúde financeira das empresas brasileiras. O alerta está em um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgado na terça-feira (1º).

A CNC avalia que sem medidas estruturais, como a reforma administrativa, em 50 anos o prejuízo acumulado poderá ser superior a R\$ 1,375 trilhão, o que resultará em risco à sustentabilidade dos negócios.

Os cálculos do estudo indicam que para cada ponto percentual (1 p.p.) de aumento na dívida pública em relação ao PIB, o Brasil perde cerca de R\$ 1,3 bilhão ao ano. “O que reduz a capacidade de investimentos do setor privado, eleva o custo do crédito e compromete a competitividade do país”, alerta a entidade.

Como forma de evitar um cenário de estagnação econômica e crescente pressão fiscal sobre as empresas, a CNC identifica a reforma administrativa como uma solução indispensável. “Não é apenas uma questão de eficiência, mas de sobrevivência do setor empresarial brasileiro”, disse o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, na publicação.

Conforme a entidade, na última década, o Brasil apresentou um crescimento de 84%, com taxa média de 7% ao ano. Apesar disso, o aumento significativo dos gastos públicos, que avançaram a uma taxa média de 53% ao ano nos últimos 20 anos, se contrapõe à ampliação de apenas 35% nas receitas. “Essa discrepância tem alimentado déficits consecutivos, forçando o governo a buscar mais endividamento e pressionando o setor produtivo com juros elevados e uma carga tributária crescente”, apontou a CNC.

O estudo indica um cenário preocupante para os empresários brasileiros e destaca que sem

a reforma administrativa, o desequilíbrio das contas públicas exigiria um aumento de até 9% do PIB na carga tributária. Para o presidente da CNC, se isso ocorrer, o setor produtivo sofrerá efeitos devastadores.

“A situação fiscal não só ameaça o crescimento econômico, mas impõe um fardo adicional às empresas, que já lidam com uma das mais altas cargas tributárias do mundo. Sem uma revisão urgente nos gastos públicos, o setor privado será diretamente afetado pela alta dos impostos, comprometendo sua capacidade de competir e crescer”, avalia.

No entendimento da CNC, atualmente o Brasil tem uma carga tributária equivalente a quase 33% do PIB, uma das maiores do mundo. “Isso é considerado alto para padrões internacionais e afeta diretamente a competitividade do setor empresarial. Além disso, mais de 96% das despesas do governo federal são obrigatórias, o que significa que há pouco espaço para ajustes dis-

cricionários, dificultando ainda mais a gestão fiscal”, observou a entidade.

Segundo a CNC, na expectativa de atingir 100% do PIB até 2033, o aumento da dívida pública vai elevar o custo de financiamento e limitar os investimentos em áreas estratégicas como infraestrutura, saúde e educação, que a entidade classifica como “pilares essenciais para a competitividade das empresas no mercado global”.

As contas da CNC indicam que as despesas do governo cresceram a uma taxa média de 5,3% ao ano desde 2002, ao mesmo tempo em que a receita subiu somente 3,7%. “Esse descompasso alimenta déficits primários consecutivos, obrigando o governo a financiar sua dívida com mais endividamento, o que pressiona o setor produtivo com juros altos e instabilidade econômica. Para as empresas, isso se traduz em maior custo do crédito, retração de investimentos e perda de competitividade”, apon-

ta o estudo.

Ainda conforme os números da pesquisa, a dívida pública passou de 45,3% do PIB em 2008 para 77,8% em 2023, com tendência de crescimento contínuo. “Esse aumento gera um círculo vicioso de endividamento, elevando o custo financeiro e limitando a capacidade do país de fazer investimentos públicos que impulsionariam o setor privado”, explica o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares.

A CNC estima que, em 10 anos, a reforma administrativa poderia gerar uma economia de R\$ 330 bilhões, aliada à atração de novos investimentos por meio de privatizações e concessões.

“A falta de uma solução, no entanto, implicaria mais perdas para o setor empresarial. Cada 10 p.p. de aumento na dívida pública resulta numa queda de 0,12 p.p. no crescimento econômico anual, comprometendo tanto o desempenho das empresas quanto sua capacidade de inovar e competir globalmente”, ressalta o economista.

O estudo sugere também a importância de corrigir a distorção na alocação de gastos públicos, principalmente na educação, setor que na avaliação da CNC, o Brasil investe mais por aluno no ensino superior do que no ensino fundamental, “o que contribui para um desempenho insatisfatório em testes internacionais como o Pisa, Programa Internacional de Avaliação de Alunos”.

“O empresariado será o mais prejudicado se não houver uma solução imediata para a questão fiscal, pois a deterioração econômica eleva o risco-país, inibe novos negócios e afasta investidores”, alerta o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

No reforço em defesa da necessidade das medidas estruturais, a CNC lançou, no domingo (29), a campanha, veiculada na TV aberta e fechada, além das suas redes sociais, chamando atenção para a urgência de reduzir a dívida pública para garantir que o país se desenvolva. (Agência Brasil)

## Saúde e Cidades são pastas mais afetadas por contenção de R\$ 13,3 bi

Mesmo com a liberação de R\$ 1,6 bilhão do Orçamento Geral da União, os Ministérios da Saúde e das Cidades continuam a ser as pastas mais atingidas pelo congelamento de R\$ 13,3 bilhões. A distribuição das verbas foi detalhada em decreto publicado em edição extraordinária do *Diário Oficial da União* no fim da noite da segunda-feira (30).

No último dia 20, o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento, reverteu o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões anunciado em julho, mas elevou as despesas bloqueadas de R\$ 11,2 bilhões para R\$ 13,3 bilhões.

Segundo o relatório, o volume de despesas bloqueadas subiu R\$ 2,1 bilhões, passando de R\$ 11,2 bilhões para R\$ 13,2 bilhões, mas o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões anunciado em julho foi revertido, liberando o total de R\$ 1,6 bilhão em gastos. O bloqueio adicional teve de ser redistribuído entre os ministéri-

os, o que, pela legislação, é definido dez dias depois da publicação do relatório.

Tanto o contingenciamento como o bloqueio representam cortes temporários de gastos. O novo arcabouço fiscal, no entanto, estabeleceu motivações diferentes. O bloqueio ocorre quando os gastos do governo crescem mais que o limite de 70% do crescimento da receita acima da inflação. O contingenciamento ocorre quando há falta de receitas que comprometem o cumprimento da meta de resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública).

Pelo decreto publicado na segunda à noite, o Ministério da Saúde teve R\$ 4,5 bilhões bloqueados, R\$ 100 milhões a mais que o valor retido no relatório anterior, em julho. As demais pastas tiveram alívio orçamentário, por causa da reversão do contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões.

Mesmo com a redução na verba congelada, o Ministério

das Cidades ficou em segundo lugar, com R\$ 1,8 bilhão, com o Ministério da Educação em terceiro, com R\$ 1,4 bilhão.

O governo também cortou as emendas parlamentares em R\$ 974,9 milhões. Apesar de quase todas as emendas serem impositivas, a legislação estabelece que, em caso de contingenciamentos ou bloqueios, elas sofrem um corte linear (mesmo percentual para todas as emendas) na mesma proporção do corte das despesas discricionárias (não obrigatórias).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve redução de R\$ 3,7 bilhões. Tanto o bloqueio quanto o contingenciamento de despesas é feito em gastos discricionários. A contenção pode atingir tanto gastos de custeio (manutenção da máquina pública, como energia, internet, água, diárias, passagens e material de escritório) como investimentos (obras públicas e compra de equipamentos).

A contenção de despesas é

feita na verba não obrigatória dos ministérios. Portanto, o ajuste é feito em investimentos e gastos de custeio, como energia elétrica e água, diárias e passagens e serviços de comunicações.

Para este ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de R\$ 28,75 bilhões para mais ou para menos, o equivalente a 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB). A última versão do relatório reduziu a previsão de déficit para R\$ 28,3 bilhões, dentro da margem de tolerância.

A estimativa foi reduzida porque o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas incorporou um aumento de arrecadação de R\$ 30,1 bilhões em recursos não administrados pela Receita Federal. A maior parte desse total, R\$ 18,3 bilhões, vem da aprovação da lei que compensará a prorrogação da desoneração da folha de pagamento até 2027. (Agência Brasil)

## Conta de energia elétrica fica mais cara

A conta de energia elétrica ficou mais cara desde a última terça-feira (1º), com o acionamento da bandeira vermelha patamar 2, o estágio tarifário mais alto do sistema da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com a medida, o preço para cada 100 quilowatts-hora consumidos passa de R\$ 4,463 para R\$ 7,877.

A decisão foi anunciada na última sexta-feira (27) em nota da Aneel, em consequência do risco hidrológico, com reservatórios baixos, e a elevação do preço da energia no mercado, impactada pelo custo do que foi produzido e não contratado.

O sistema de bandeiras tarifárias é composto pelas cores verde, amarelo e vermelho, em

patamares 1 e 2. A cor verde patamar 1 significa tarifa sem custo extra.

A bandeira vermelha patamar 1 estava em vigor desde setembro, após um período em que a bandeira verde patamar 1, a mais barata do sistema, prevaleceu por vários meses do ano.

De acordo com a agência, o sistema de bandeiras tarifárias é uma forma de tornar a cobrança complementar mais transparente aos consumidores de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Criado em 2015, ele indica os custos da geração de energia no Brasil e possibilita adaptações no consumo para redução no valor da conta de luz. (Agência Brasil)

## Receita anuncia medidas para solucionar litígios tributários

O secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, anunciou algumas novas medidas para evitar ou solucionar litígios tributários no país. A ideia é viabilizar a construção de consensos e soluções, ao ampliar possibilidades e ferramentas de diálogos diretos entre contribuintes e Receita.

Para tanto, foram publicadas duas portarias no Diário Oficial da União da terça-feira (1º). Uma institui o Recurso de Consenso, e a outra, o Recurso Solucionador.

“Essas duas portarias dão um passo muito importante no caminho da Receita Federal para tornar-se uma receita federal orientadora que soluciona os problemas dos contribuintes; que é parceira dos contribuintes brasileiros, no desenvolvimento do país”, justificou Barreirinhas ao lembrar que, desde o ano passado, nenhuma operação de fiscalização foi deflagrada pela Receita.

Segundo o secretário, os esforços da Receita têm sido muito mais no sentido de orientar os contribuintes a solucionarem seus problemas, do que no sentido de punilos. “O que tivemos foram grandes operações de orientação e de autorregulação, de forma a trazer o contribuinte para a conformidade, no sentido de evitar litígios e solucionarmos dúvidas e pendências”, acrescentou.

Para tanto foram abertos canais de interlocução com confederações representativas de categorias econômicas, centrais sindicais e entidades de classe de âmbito nacional.

**Receita de Consenso**  
A Receita de Consenso é, segundo o secretário, “algo revolucionário” ao criar, na Receita, algo similar a um ombudsman, para defender o contribuinte, na busca por soluções.

“O contribuinte que esteja sob alguma fiscalização e tem alguma dúvida precisa de canais de diálogo que construam consensos. Ali, ele terá um órgão dentro da própria Receita Federal, mas distinto do órgão de fiscalização. Poderá fazer uma ponderação em relação ao debate do contribuinte com o órgão de fiscalização, por exemplo”, explicou.

Barreirinhas acrescenta que esse procedimento será feito de forma voluntária, e que nenhum contribuinte será punido caso não queira participar dele. “É apenas uma abertura, para que o contribuinte tenha a quem acessar, que não seja eventualmente o fiscal”.

**Receita Solucionadora**  
Já a Receita Solucionadora será um canal de interlocução para que as entidades “sejam cada vez mais parceiras da Receita Federal”, ajudando a evitar o surgimento de litígios.

“Temos um volume muito grande de consultas que são feitas individualmente pelos contribuintes. Elas são e serão respondidas com todo o critério, expertise e excelência da Receita Federal. Se nós queremos aprimorar esse relacionamento com os contribuintes, precisamos agilizar isso, e o caminho que nós estamos buscando para agilizar isso é nos valermos dessas entidades parceiras”, disse o secretário ao se referir a confederações, sindicatos e entidades de classe de âmbito nacional.

Segundo Barreirinhas, essas entidades farão uma filtragem, de forma a funcionar como um primeiro diálogo com os associados.

A partir daí, eles selecionam as dúvidas que mereçam atendimento prioritário para, então, utilizar desse canal direto com a Receita Federal para definir quais soluções serão as prioritárias. (Agência Brasil)

## Governo quer evitar assédio publicitário das bets, diz Ministro

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ser urgente uma tomada de decisão por parte do poder público, no sentido de adotar providências que evitem o assédio publicitário promovido pelas bets, os sites de apostas esportivas, nos meios de comunicação. Segundo ele, medidas como limites para apostas online serão adotadas, a fim de proteger as famílias.

“Tudo está sendo discutido para proteger as famílias desse

tipo de assédio”, disse o ministro ao informar que terá, em breve, uma reunião com o Conselho Nacional Autorregulamentação Publicitária (Conar) e com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) para tratar de diversos assuntos, entre eles a questão da publicidade das bets.

O ministro lembrou que na terça-feira pode ser publicada uma lista de sites de apostas que, nos próximos dias, serão retirados do ar, caso não peçam auto-

rização para operar no país.

“Terá um prazo de 10 dias, que servem mais para quem é apostador do que para a casa de aposta. Isso porque tem muita gente que tem recurso financeiro depositado na casa de aposta. Os 10 dias são para a pessoa verificar se tem saldo e pedir a restituição”, avisou.

Fernando Haddad explicou que as bets credenciadas poderão permanecer em operação. “Mas caso não venham a ser cre-

denciadas até o final do ano ou não paguem é outorga, sairão do ar”, afirmou.

Ainda segundo o ministro, estuda-se a possibilidade de se estabelecer limite para o pagamento de apostas online via PIX. “Vamos discutir isso com a própria Febraban [Federação Brasileira de Bancos]. Inclusive já falei com o presidente da Febraban [Isaac Sidney] por telefone. Agora vou falar pessoalmente, para a gente tomar uma decisão”. (Agência Brasil)

## Aneel aprova proposta técnica para venda da Amazonas Energia para J&F

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou na terça-feira (1º) a transferência de controle societário da Amazonas Energia para a Ambar Energia, do grupo J&F. A Amazonas Energia é responsável pela distribuição de energia elétrica a mais de 1 milhão de unidades consumidoras nos 62 municípios amazonenses.

A decisão concede flexibilizações de obrigações para a empresa da ordem de R\$ 8 bilhões e estabelece um aporte de capital de R\$ 10 bilhões. A Ambar pedia judicialmente flexibilizações de R\$ 15,8 bilhões para concluir a compra.

Caso aceite a decisão da Aneel, a empresa deverá assinar um termo em que renuncia a ação judi-

cial em andamento sobre a venda.

“A decisão é da empresa, não compete à Agência. Nós temos uma dificuldade de convergência de decisões, mas neste momento o que a sociedade precisa saber é que nós temos uma decisão administrativa, o que não tínhamos antes. Se a empresa aceitar ou não, é uma decisão da empresa”, explicou o diretor-geral da

Aneel, Sandoval Feitosa.

A aprovação contou com o voto favorável de Feitosa, que na última sexta-feira (27) havia rejeitado a proposta. Ele explicou que a reunião extraordinária foi realizada em função de uma decisão judicial, portanto, “é natural que nem todas as impressões e as análises estivessem exauridas”. (Agência Brasil)

## Voo para repatriação de brasileiros no Líbano parte nesta quarta-feira

Um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) vai decolar da Base Aérea do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, rumo ao Líbano, nesta quarta-feira (2), para repatriar um grupo de brasileiros presos no país em decorrência da escalada de violência do governo de Israel no país. A autorização para a operação foi dada pre-

sidente Luiz Inácio Lula da Silva. Batizada de Operação Raízes do Cedro, a FAB utilizará uma aeronave KC-30, com a previsão inicial de repatriar 220 brasileiros que estão em solo libanês, a partir do aeroporto de Beirute, capital do país do Oriente Médio. O voo fará escala para reabastecimento em Lisboa, tanto na ida

quanto na volta. Outros voos ainda não foram confirmados, mas devem ocorrer ao longo dos próximos dias.

A maior comunidade de brasileiros no Oriente Médio atualmente está no Líbano. Ao todo, 21 mil brasileiros vivem no país. Na semana passada, os bombardeios israelenses no Líbano cau-

saram a morte de dois adolescentes brasileiros.

Segundo a FAB, a equipe de voo será composta, além dos tripulantes operacionais da aeronave, por militares da área de saúde (médico, enfermeiro, psicólogo), que estarão prontos para prestar o apoio necessário durante a missão. (Agência Brasil)





# Mulheres entregam recomendações para cúpula do G20

O grupo de engajamento de mulheres do G20, o chamado W20, entregou na terça-feira (1º) um comunicado com recomendações para a reunião de cúpula dos chefes de Estado, marcada para novembro deste ano, na cidade do Rio de Janeiro. O documento foi entregue ao governo brasileiro, que preside temporariamente o G20, através da ministra das Mulheres em exercício, Maria Helena Guarezi, e da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, em evento no Teatro Municipal do Rio.

O comunicado entregue na terça-feira, traz 26 recomendações aos governos do grupo, que inclui 19 das principais economias do mundo, além das uniões Europeia e Africana. As orientações estão divididas em cinco grandes áreas: empreendedorismo feminino; economia do cuidado; mulheres no campo da ciência; tecnologia, engenharia e matemática; e mulheres e justiça climática e fim da violência contra mulheres e crianças.

“Queremos que as nossas vozes sejam ouvidas. Estamos cansadas de falar, queremos ação,

queremos que os líderes do G20, definitivamente, ouçam as nossas vozes e incorporem as nossas pautas. E que, além disso, de fato ajam, porque não aceitaremos mais sermos deixadas para trás”, afirmou a presidente do W20, Ana Fontes.

Em relação ao fim da violência, por exemplo, o grupo demanda medidas como o desenvolvimento de políticas e legislações para prevenir a impunidade de agressores e a ocorrência de violência de diversos tipos como a doméstica, a trabalhista, a econômica e aquelas facilitadas pela tecnologia.

O coletivo pede ainda o financiamento aos serviços de proteção, intervenção precoce e resposta para esses tipos de violência e que sejam disseminados dados oficiais sobre feminicídio e todas as formas de violência de gênero.

No tema das mudanças climáticas, o W20 requer o subsídio a projetos e empreendimentos climáticos dirigidos por mulheres, o treinamento delas para atuarem na resposta a desastres e a colocação

de mulheres em funções de liderança nessas situações.

Também recomenda que as mulheres estejam presentes como negociadores e sejam pessoas com poder de decisão nas Conferências das Partes (COP) e em outros encontros multilaterais sobre mudanças do clima.

“Não dá mais para discutir governança global sem a participação efetiva das mulheres. Esse é o nosso próximo desafio: fazer com que não só dentro do G20, mas em todas as outras estruturas que discutem clima ou quaisquer outros assuntos, estejamos lá para ajudar a decidir”, afirmou a ministra Maria Helena Guarezi, que complementou que o governo brasileiro fará um esforço para incluir as pautas do grupo de engajamento na declaração final dos

chefes de Estado do G20.

Na área de economia do cuidado, recomenda-se, entre outras ações, a valorização do trabalho de cuidador de crianças, idosos ou deficientes, tanto o remunerado como o não remunerado. Investimentos em serviços e infraestrutura de cuidados acessíveis a todos também foram sugeridos.

Quando o assunto é ciência, tecnologia, engenharia e matemática, campo do conhecimento designado como STEM (em inglês *Science, Technology, Engineering and Mathematics*), o W20 reivindica o financiamento acadêmico, bolsas e também mais oportunidades de trabalho para as mulheres. Em relação ao empreendedorismo feminino, o grupo pede crédito e/ou incentivos fiscais

para esse tipo de negócio.

Coordenadora-Geral de Gestão de Empreendedorismo do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMEP), Raquel Ribeiro considera que as possibilidades concretas de ação apresentadas pelo W20 dialogam intensamente com os objetivos e os eixos estruturantes da Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino - Elas Empreendem.

“Isso indica que estamos no caminho certo. Também deixa mais nítido que a construção de respostas para os desafios enfrentados por mulheres empreendedoras passa necessariamente por um olhar especial às dimensões de raça, etnia e outras interseccionalidades”, destacou Raquel.

O subcoordenador da Trilha

dos Sherpas do G20 no Brasil, Felipe Hees, também recebeu uma cópia do documento e destacou o compromisso do governo brasileiro em levar a pauta das mulheres à cúpula de chefes de Estado. Ele enfatizou que, sob a presidência do Brasil, pela primeira vez, há um grupo de trabalho voltado para o empoderamento das mulheres. Diferentemente do grupo de engajamento, o grupo de trabalho reúne representantes dos governos.

“O Brasil deu um grande apoio à criação desse grupo [de trabalho]. Não foi fácil. Quando a gente vê o grupo criado, parece evidente que tinha que ter esse grupo, mas a opinião de outros membros do G20 não é necessariamente a mesma”, afirmou. (Agência Brasil)

## Financiamentos do BRDE geram 10 mil empregos e R\$ 654 milhões ao PIB do Paraná

Para medir a geração de novos empregos e a contribuição na economia a partir dos seus financiamentos, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) recorreu a um cálculo sobre os impactos socioeconômicos das operações realizadas nos estados onde atua. No Paraná, em 2022, os financiamentos geraram 10.144 postos de trabalho, com movimento de R\$ 1,3 bilhão em projetos nas áreas de agricultura, indústria e serviços. O destaque ficou para o setor de produção alimentícia.

O estudo, realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) e a Diretoria de Planejamento do Banco, também aponta que, no mesmo período, os investimentos a partir de financiamento do banco somaram arrecadação de R\$ 64 milhões em ICMS no Estado e geraram R\$ 654 milhões no Produto Interno Bru-

to do Paraná. O trabalho indica que há uma relação direta dos financiamentos com o chamado Valor Adicionado (valor que é acrescentado ao valor dos bens intermediários em cada etapa da produção de um produto ou serviço).

Considerando os estados de atuação da instituição (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul), os investimentos apoiados pelo BRDE no Codelul criaram 46.304 novos postos de trabalho ao longo de um ano e contribuíram, no mesmo período, em R\$ 503,6 milhões na arrecadação de ICMS e R\$ 3,13 bilhões de Valor Adicionado ao PIB. Em nível nacional, o impacto foi de 53.884 empregos gerados e R\$ 3,76 bilhões agregados ao PIB.

O estudo foi desenvolvido a partir do volume de liberações de recursos em 2022, quando o BRDE chegou a R\$ 3,94 bilhões em novos financiamentos. O IparDES utilizou a matriz insumo-pro-

duto brasileira e estabeleceu parâmetros para os impactos diretos, indiretos e induzidos (efeito-renda) nos três estados do Sul que são acionistas do banco, e do Mato Grosso do Sul.

“Os resultados demonstram que os investimentos financiados são congruentes com as estratégias do Banco, no que diz respeito às políticas públicas de sustentabilidade socioambiental de promover o crédito como instrumento de desenvolvimento econômico e social da Região Sul, além de atender diretrizes do governador Carlos Ratinho Massa Junior sobre fomentar geração de empregos”, ressaltou o vice-presidente e diretor de Operações do BRDE, René Garcia Júnior.

O diretor administrativo do BRDE, Heraldo Neves, destaca que esses dados do IparDES revelam a realidade da aplicação do crédito e seus investimentos que impactam na sociedade. “Além de

termos uma visão precisa sobre os setores que financiam, podemos enxergar as verdadeiras transformações sociais e, de fato, criar mais ações específicas, sejam por áreas ou regiões, e promover novas políticas para os segmentos de menor impacto”, completou.

“Os estudos desenvolvidos pelo IparDES referentes aos impactos socioeconômicos das operações do BRDE do Paraná tiveram por base metodológica a matriz insumo-produto, com resultados significativos como uma contribuição direta de quase R\$ 655 milhões para o PIB do Estado e a geração de mais de 10 mil empregos”, comentou o diretor-presidente do IparDES, Jorge Callado. “Isso significa que os bancos de desenvolvimento são fundamentais para todos aqueles que empreendem e produzem e o BRDE com suas operações, têm evidenciado de forma clara”. (AENPR)

## Moody's eleva nota da dívida do governo brasileiro

A agência de classificação de risco Moody's elevou a nota da dívida pública brasileira, com perspectivas positivas, com chances de uma nova alta nos próximos meses. A decisão foi divulgada no fim da tarde da terça-feira (1º).

A nota do país subiu de Ba2, dois níveis abaixo do grau de investimento, para Ba1, um nível abaixo dessa categoria. O grau de investimento representa a garantia de que o país não corre risco de dar calote na dívida pública.

Em seu comunicado, a agência mencionou a melhora significativa no crédito do país, que se deve ao crescimento robusto da economia e às reformas econômicas e fiscais recentes. A Moody's ressaltou a relevância do compromisso com as metas fiscais e com a trajetória de estabilização da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Entre as reformas mais importantes, a Moody's destacou a reforma tributária. Segundo a agência, o novo sistema aprimorará o ambiente de negócios e a alocação de recursos, aumentando o potencial de crescimento no longo prazo. A Moody's também mencionou a agenda de transição energética para atrair investimentos privados e reduzir a vulnerabilidade do país a choques climáticos.

Em relação às contas públicas, o comunicado informou que a Moody's espera uma melhora gradual nos resultados primários do governo nos próxi-

mos três anos. A agência se baseia nos esforços para aumentar as receitas, principalmente por meio de medidas de arrecadação das classes mais ricas, e nas iniciativas de revisão de despesas.

Apesar da dívida pública e dos juros elevados, a Moody's destacou que o Brasil tem expressivos ativos líquidos. Desde 2006, o país é credor externo, com as reservas internacionais superando a dívida externa. A agência também destacou que o governo brasileiro se financia principalmente em moeda local no mercado doméstico, em vez de buscar moeda estrangeira no mercado internacional.

Em nota, o Ministério da Fazenda informou que o governo está empenhado em melhorar as contas públicas, esforçando-se para aumentar a arrecadação e segurar gastos. “Além de estabilizar a relação dívida/PIB, um balanço fiscal mais robusto contribuirá para a redução das taxas de juros e a melhoria das condições de crédito, criando um ambiente favorável à expansão dos investimentos públicos e privados”, destacou a pasta.

Desde o início de 2017, a Moody's classifica o país dois níveis abaixo do grau de investimento. A nota é melhor que a de outras agências. Em julho de 2023, a Fitch elevou a nota brasileira para dois níveis abaixo do grau de investimento. Em dezembro do ano passado, a S&P Global também elevou a classificação do país para dois níveis abaixo do grau de investimento. (Agência Brasil)

## Saúde lança guia sobre mudanças climáticas para profissionais de saúde

O Ministério da Saúde lançou um guia de bolso sobre mudanças climáticas e os efeitos na saúde humana, voltado para profissionais como médicos e enfermeiros. O material, segundo a pasta, foi montado a partir de uma publicação da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), com linguagem e necessidades adaptadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Em nota, o ministério informou que a proposta do documento é facilitar o atendimento de profissionais da saúde, incluindo agentes comunitários de saúde e outros, permitindo o acesso rápido a informações relacionadas a mudanças climáticas e à saúde humana, de forma que as orientações aos pacientes sejam feitas com maior segurança.

“As mudanças climáticas são uma realidade recente para a população e, para os profissionais, não é diferente. Por isso, o documento é fundamental para uma pronta resposta às necessidades dos brasileiros”, destacou a pasta, ao citar que as mudanças climáticas afetam não apenas a saúde das pessoas,

mas também a estrutura dos serviços de saúde.

Ondas de calor, inundações e secas extremas, segundo o ministério, trazem preocupação adicional tanto para quem organiza os serviços de saúde como para quem presta assistência aos pacientes. O guia será entregue a trabalhadores do SUS e também está disponível no portal do ministério.

Com mais de 130 páginas, o guia traz informativos sobre alterações em tratamentos cardiovasculares, respiratórios, renais, oftalmológicos, cutâneos, gastrointestinais e neurológicos, além de recomendações sobre o impacto de efeitos climáticos na saúde mental e materno-infantil.

O material também aborda zoonoses (doenças infecciosas transmitidas entre animais e pessoas) e doenças de transmissão vetorial, como dengue, malária, doença de Chagas, leishmaniose, febre amarela, febre do Oropouche, mayaro, filariose e febre do Oeste do Nilo. O documento traz orientações específicas para pacientes e para comunidades em geral. (Agência Brasil)

## Candidatos do pleito de domingo têm desafio de melhorar gestão de resíduos

Em 2023, 40% dos resíduos e 15% dos rejeitos gerados no Brasil não foram reaproveitados ou reciclados, segundo o Sistema Nacional de Informações em Saneamento do Ministério das Cidades. Melhorar a gestão desse material é um dos desafios para os 5.569 prefeitos que assumirão a gestão dos municípios brasileiros pelos próximos quatro anos.

Para o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Gesmar Santos, que desenvolve estudo sobre governança, investimentos e instrumentos das políticas relacionadas aos resíduos sólidos, ao analisar a proposta dos candidatos, o eleitor deve estar atento à forma como o saneamento é tratado como um todo. A partir daí, deve observar se a questão dos resíduos gerados no município é integrada às propostas apresentadas.

“O candidato a prefeito tem que lembrar que ele tem mecanismo de busca de recursos para aprimorar a gestão e tem obrigações como a de gerenciar os resíduos sólidos, de fazer a coleta seletiva, fazer a inclusão de catadores e buscar financiamento para os projetos.”

De acordo com o relatório Panorama Global do Manejo de Resíduos 2024 (Global Waste Management Outlook 2024 em inglês) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no mundo, o resíduo sólido produzido por 2,7 bilhões de pessoas nem sequer é coletado por um serviço de limpeza urbana.

A falta de controle sobre esse material faz com que ele seja depositado em ecossistemas terrestres, aquáticos e na atmosfera na forma de poluentes, que impactam a saúde humana e o planeta por gerações, contribuindo para três crises globais: mudança climática; perda de biodiversidade e poluição.

No Brasil, embora o Panorama 2023 da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema) aponte que o serviço de limpeza urbana alcança 93% da população, o destino final do material coletado ainda é um desafio a ser superado por gestores municipais.

“Ainda existem aproximada-

mente 3 mil lixões no Brasil. É a estimativa que temos entre aterro inadequado, depósito a céu aberto, valas e tudo mais o que consideramos lixões”, alerta Pedro Maranhão, presidente da instituição que reúne 200 empresas da cadeia de manejo de resíduos sólidos do país.

A Abrema tem trabalho com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no apoio às prefeituras para a geração de dados e a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que, entre outras medidas, prevê a adequação dos locais para a disposição final de rejeitos, ou seja, a substituição de ‘lixões’, por aterros sanitários adequados para receberem os materiais que não podem ser reintroduzidos em um ciclo econômico.

O presidente da Abrema explica que, do ponto de vista econômico, quando um município não planeja e executa um ciclo adequado para o resíduo sólido, ele efetivamente está desperdiçando recursos.

“Nós estamos perdendo o equivalente a centenas de barris de petróleo, mas de um petróleo que é de energia renovável. Com essa nova lei que foi aprovada no Congresso, do combustível do futuro, que prevê a substituição do gás fóssil por biometano, para descarbonizar a economia, os aterros sanitários podem virar verdadeiras reservas de energia renovável”, diz.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - Resíduos Sólidos (SNIS-RS 2022), do Ministério das Cidades, dos 5.060 municípios pesquisados, 2.585 municípios informaram já terem elaborado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS). O documento é a primeira etapa no planejamento para a adequação dos aterros sanitários, mas também apresenta um diagnóstico dos resíduos gerados, além das estratégias de correção e prevenção de todo o sistema da coleta à destinação final.

O Panorama da Abrema indica que o país gerou 77,1 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, em 2022. São mais de

211 mil toneladas por dia, chegando a 380 quilos por habitante ao ano. Enquanto o Sudeste é responsável por 49,4%, a Região Norte foi responsável pelo menor percentual, gerando apenas 7,3 do total de resíduos produzidos no país.

Grande parte desse material tem alto potencial de reinserção no sistema econômico do país, seja por meio da logística reversa, com o recolhimento de bens obsoletos para reaproveitamento pela própria indústria produtora, ou ainda pela coleta seletiva, separação e uso desses recursos como matéria-prima.

Antes mesmo do rejeito chegar aos aterros, os resíduos resultantes das atividades domiciliares, de limpeza urbana, industrial, dos serviços de saúde, da construção civil, agrossilvopastoris, de serviços de transportes e da mineração podem gerar riqueza. “É uma engrenagem, que pode gerar renda e gerar emprego. E separação, é biometano, é biogás, é CDR [combustível derivado de resíduo], é reciclagem, e a economia começa a se mover, a cadeia produtiva começa a se mover e gerar renda para o próprio município”, destaca Maranhão.

Segundo Santos, o Brasil já tem exemplos de resíduos que alcançaram bons índices de destinação adequada. “A latinha de alumínio chegou a mais de 95% de reciclagem, pneus, eletroeletrônicos, embalagens de pesticidas, vidro, papel, papelão. Esses materiais que são mais facilmente inseridos na cadeia produtiva e recuperados, têm um valor econômico e é um fator positivo”, diz.

Para que todo esse sistema funcione, Santos considera necessário envolver todas as esferas de governo, a iniciativa privada e também garantir o envolvimento da sociedade civil organizada. “A participação social necessita de ter conselhos dentro do município, de ter espaços para ter diálogo com a prefeitura, com a secretaria, para que a população faça denúncias, participe de campanhas educativas em que ela cobre também dos órgãos a prestação de serviços com qualidade.”

Outro ponto de destaque que